

CURSO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14.133, DE 2021) NA PRÁTICA.

1. APRESENTAÇÃO

A nova lei de Licitações e Contratos Administrativos sancionada em 1º de abril de 2021, previu um período de transição, de convivência simultânea de legislações (Leis Federais 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11), por 2 (dois) anos, tornando-se de aplicação obrigatória a partir de 1º de abril de 2023. A Medida Provisória 1.167, de 31 de março de 2023, alterou o período de transição e prorrogou a vigências das referidas leis até 30 de dezembro de 2023, criando novas regras de convivência simultânea.

O modelo inaugurado pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, focada em governança e resultados das contratações públicas, exige um novo olhar e uma mudança de perspectivas na gestão pública, sendo necessário capacitar e treinar todos os agentes públicos envolvidos, sejam da alta gestão, licitações e compras ou dos setores requisitantes.

Considerando o Metaprocessos de contratação pública, identificamos a importância de uma visão geral da nova lei, iniciando pela fase preparatória e seleção de fornecedores, até a homologação, essenciais para o atendimento da população, possibilitando assim a prestação de serviços públicos e plena satisfação do interesse público.

2. OBJETIVO E METODOLOGIA DO CURSO

O objetivo do curso é a capacitação dos agentes públicos sobre a importância das contratações públicas através da nova lei de licitações (Lei Federal nº 14.133, de 2021), com enfoque prático de todas as fases da licitação, desde o planejamento, seleção de fornecedores, até a homologação.

As aulas serão presenciais e expositivas, dinâmicas, de acordo com as previsões legais, com enfrentamento de situações cotidianas, sobre a realidade da administração e atuação dos agentes públicos, gerando conhecimento sobre os pontos mais polêmicos da legislação e capacitando para atuação diária, seja nos setores requisitantes, no assessoramento jurídico, controle interno ou diretamente nas centrais de compras dos entes da federação.

3. PÚBLICO-ALVO

Agentes públicos, agentes de contratação, pregoeiros, equipe de apoio, comissão de contratação, que atuem na Administração Pública do Consórcio Municipal do Médio Alto Uruguai – CIMAUI e/ou dos seus municípios consorciados, em todas suas esferas, também atuantes no controle interno, assessoramento jurídico ou na alta administração, gestores e fiscais de contratos administrativos, setores requisitantes, centrais de compras públicas, e demais interessados.

4. PALESTRANTE

O curso será ministrado pelo Dr. André Luiz de Oliveira, que é advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 22.311 (desde 2006). Graduado em Direito pela UNOESC – Campus Videira/SC (2005). Pós-graduado a nível de Especialização em Gestão Pública para Administração Municipal pela UNIARP – Campus Fraiburgo/SC (2013). Diretor Jurídico do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA. Foi Professor Universitário Temporário do Curso de Direito, Disciplina de Direito Administrativo na UNIARP – Campus Fraiburgo (2019). Atuou como Procurador Geral



Adjunto no Município de Fraiburgo/SC (2008/2011). Experiência como Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Secretário Municipal de Finanças, todos em Fraiburgo/SC (2011/2019). Membro da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/SC (desde 2022). Coordenador da Câmara Técnica Jurídica do Colegiado de Consórcios Públicos da FECAM (desde 2022). Capacitado para a nova lei de licitações, participando de diversos eventos e cursos, desde a publicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Palestrante em Congressos, Simpósios, Cursos, Workshops, sobre a nova lei de licitações e contratos administrativos (desde 2021). Mais de 17 (dezessete) anos de experiência na Administração Pública Municipal e Consórcios Públicos, atuando diretamente com Licitações e Contratos Administrativos. Coordenou a implantação na nova lei de licitações no CINCATARINA.

5. CARGA HORÁRIA

De 16 (dezesseis) horas de capacitação, divididos em 2 (dois) dias com 2 (dois) períodos cada.

Horário: 8h30 às 17:30h.

Datas prováveis e local:

Junho: 13 e 14/06/2023

Local: Na sede do CIMAUI ou em local por este indicado.

Além das horas descritas, possibilidades de troca de experiências na data provável de 12/06/2023, por 6h, de forma presencial, na sede do consórcio público CIMAUI, sobre a implementação da nova lei de licitações, com as minutas de regulamentos específicas para o consórcio público, adequações de processos administrativos licitatórios, minutas de DFD, ETP, TR e Edital padronizado, além de contatos posteriores via telefone, aplicativos de mensagens (WhatsApp, Instagram) e e-mail, para dúvidas e encaminhamentos sobre os temas tratados.

6. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE 1:

- a) Regras de Transição (contratos, atas de registro de preços vigentes, publicação de licitações pelas Leis 8.666/93 e 10.520/02, até quando?) – Medida Provisória 1.167/23;
- b) Foco da Lei: Governança e Resultado (problemas, soluções e resultado mais vantajoso)
- c) Legislação versus realidade;
- d) Objetivos da Licitação;
- e) Agentes públicos da licitação e o princípio da segregação de função;
- f) Agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação;
- g) Atuação do Assessoramento Jurídico e Controle Interno;
- h) Diálogo com Agentes Econômicos (importância e como fazer);
- i) Planejamento;
- j) Plano Anual de Contratação;
- k) Documento de Formalização de Demanda;
- l) Estudo Técnico Preliminar;
- m) Termo de Referência;
- n) Gestão de Riscos.

PARTE 2:

- a) As principais mudanças na nova lei que precisamos saber;

- b) Tratamento diferenciado micros e pequenas empresas, exceções;
- b) Medidas de implementação da nova lei (centralização, catálogo, minutas padronizadas, sistemas informatizados, tecnologias, etc.);
- c) Central de Compras e Consórcios Públicos;
- d) Modalidades de Licitação (extinção – tomada de preços e convite e nova modalidade – diálogo competitivo);
- e) Fases da Licitação;
- f) Procedimentos eletrônicos;
- g) Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;
- h) Contratações do Setor Artístico;
- i) Implicações aos Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes;
- j) Pesquisa de Preços (parâmetros, preço estimado, média, mediana, menor valor e sigilo);
- k) Minuta do Edital – o que deverá conter no edital pela nova lei?

PARTE 3:

- a) Regulamentos necessários para implementação da Nova lei de Licitações;
- b) Indicação e Vedação de Marca;
- c) Divulgação do Edital (locais obrigatórios);
- d) Prazos de divulgação do Edital;
- e) Principais inovações no Pregão e Concorrência;
- f) Objeto licitado (bens e serviços);
- g) Pregão (obrigatório bem e serviço comum);
- h) Concorrência;
- i) Diálogo Competitivo (requisitos);
- j) Leilão e concurso;
- k) Critérios de julgamento (art. 33);
- l) Modos de Disputa (aberto, fechado e suas combinações);
- m) Como aplicar o formalismo moderado;
- n) Impugnações ao Edital (quem pode fazer e quais os prazos);
- o) Recursos e pedido de reconsideração;
- p) Encerramento da licitação (revogação, anulação, adjudicação e homologação).

PARTE 4:

- a) Procedimentos auxiliares (não são modalidades de licitação);
- b) Credenciamento (hipóteses);
- c) Pré-qualificação (de licitantes e bens);
- d) Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI);
- e) Sistema de Registro de Preços (o que mudou);
- f) Registro Cadastral;
- g) Duração dos contratos administrativos (prazos e hipóteses);
- h) Gestores e Fiscais de Contratos;
- i) Registros da execução contratual;
- j) Contratação Direta (principais mudanças);
- k) Dispensas de Licitação (principais);
- l) Inexigibilidade;
- m) Contratação de Consórcios Públicos;
- n) Linhas de Defesa (primeira, segunda e terceira linhas);
- o) Disposições constantes da LINDB (Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro);
- p) Montagem do processo de licitação pela nova lei (fluxos e documentos necessários).

7. PROPONENTE:

ALO CURSOS E TREINAMENTOS, inscrita no CNPJ sob o n. 50.040.516/0001-38, com sede na Avenida Trompowski, nº 354, Salas 501 e 502, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-300.

8. PROPOSTA DE PREÇO:

O valor do curso prático sobre a nova lei de licitações é de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), a ser paga em parcela única em até 05 (cinco) dias após a conclusão do curso, incluindo todas as despesas de deslocamento, alimentação, honorários e impostos.

A definição do público participante, a disponibilidade do local com toda estrutura de cadeiras, projeção e som será de responsabilidade do consórcio público CIMAUI, adequado para a quantidade do público.

9. VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta é de 30 (trinta) dias, contados da sua apresentação.

Florianópolis, SC., 15 de maio de 2023.

ALO CURSOS E TREINAMENTOS
LTDA:50040516000138

Assinado de forma digital por ALO CURSOS
E TREINAMENTOS LTDA:50040516000138
Dados: 2023.05.15 17:44:29 -03'00'

ALO CURSOS E TREINAMENTOS LTDA
CNPJ: 50.040.516/0001-38